XXVI ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA – DF

DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS

IRINEU FRANCISCO BARRETO JUNIOR

VIVIANE COÊLHO DE SÉLLOS KNOERR

AIRES JOSE ROVER

Copyright © 2017 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D597

Direito, governança e novas tecnologias [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Aires Jose Rover; Irineu Francisco Barreto Junior; Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Florianópolis: CONPEDI, 2017.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-443-3
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Desigualdade e Desenvolvimento: O papel do Direito nas Políticas Públicas

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Internet. 3. Cidadania. 4.Tecnologia.

5. Liberdade de expressão. XXVI EncontroNacional do CONPEDI (26. : 2017 : Brasília, DF).

CDU: 34

CONPEDI

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XXVI ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA – DF

DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS

Apresentação

A comunidade científica do Direito celebra a superação de duas décadas em estudos e pesquisas sobre as interfaces entre fenômeno jurídico e internet, novas tecnologias comunicacionais e avanços informáticos. Desde a gênese desse campo de estudos jurídicos, a doutrina nacional e internacional analisa os reflexos no direito material, processual, individual e coletivo oriundos da sociedade da informação e das redes comunicacionais planetárias.

Os encontros nacionais do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (Conpedi) têm se consolidado como referência na disseminação de pesquisas que abordam esses novos fenômenos. Foi o que novamente ocorreu no XXVI Encontro Nacional do Conpedi, realizado em Curitiba entre 19 e 21 de julho de 2017, no Grupo de Trabalho Direito, Governança e Novas Tecnologias. Pesquisadores de diferentes regiões do Brasil apresentaram seus estudos e debateram a contemporaneidade e novos efeitos do paradigma estabelecido entre Direito e Internet.

Destaca-se entre os artigos apresentados a originalidade e notável convergência entre os temas abordados, que podem ser compilados sob enfoques atuais e relevantes, conforme será apresentado a seguir. A proteção dos Direitos Humanos no ambiente de internet perpassou diversos artigos, sob perspectivas que foram desde os conflitos entre liberdade de expressão versus proteção da privacidade, até a responsabilidade dos provedores de conteúdo na remoção de conteúdos que atentem contra a dignidade da pessoa humana e o direito ao esquecimento. A possibilidade de ampliação do exercício da cidadania e fortalecimento dos regimes democráticos também foi objeto de pesquisas apresentadas no GT, o que coaduna com acontecimentos recentes, nos quais a internet esteve no centro de levantes mundiais contra regimes de exceção e autoritários.

A abordagem da prevenção de crimes eletrônicos, cada vez mais recorrentes, fez-se presente em artigos que tratam das formas de composição dos conflitos que ocorrem na internet – particularmente a responsabilização administrativa por meio das ordenações, como vem ocorrendo em Portugal e na Alemanha –, e da aplicação da tecnologia na prevenção tais delitos. O foco da violência contra a mulher e do discurso homofóbico na internet esteve presente, justificado pela constância de casos que aviltam contra os direitos humanos em redes sociais, grupos de WhatsApp ou na rede mundial de computadores.

Questões específicas, mas que também dialogam com a preservação de direitos fundamentais na sociedade informacional, fizeram-se presentes em artigos que versam sobre a acessibilidade de portais de órgão públicos para pessoas com deficiência e das inovações na educação superior brasileira, frente o ensino a distância e o exercício da docência.

Em suma, os trabalhos apresentados renovam os compromissos da pesquisa jurídica brasileira e a preservação de direitos, da dignidade da pessoa humana e do aperfeiçoamento do regime democrático. Os coordenadores do GT convidam os leitores para desfrutarem do teor integral dos artigos, com a certeza da profícua leitura, e encerram agradecendo a possibilidade de novamente dirigir os debates com a participação de pesquisadores altamente qualificados.

Prof. Dr. Aires José Rover (UFSC)

Profª. Drª. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr (Unicuritiba)

Prof. Dr. Irineu Francisco Barreto Junior (FMU)

A DEMOCRACIA, OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A INTERNET NO MUNDO GLOBALIZADO

DEMOCRACY, THE MEDIA AND THE INTERNET IN THE GLOBALIZED WORLD

Paulo Campanha Santana [1]
Marcia Dieguez Leuzinger [2]

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar se os meios de comunicação e a Internet contribuem para o funcionamento da democracia no mundo globalizado. Para tanto, será apresentada uma conceituação sobre democracia, suas bases e condições institucionais e instrumentais. No contexto da globalização e com o advento da Internet, o estudo analisará o alcance global dos meios de comunicação e das redes sociais, no Brasil e no mundo, para, ao final, concluir se esses meios e a Internet contribuem para a democracia.

Palavras-chave: Democracia, Meios de comunicação, Internet, Globalização

Abstract/Resumen/Résumé

This paper aims to analyze if the media and the Internet contribute to the functioning of democracy in the globalized world. For this purpose, will be presented its bases and institutional and instrumental conditions. In the context of a globalized world and with the advent of the Internet, the study will analyze the global reach of the media and the social network, in Brazil and in the world, to, at the final, concludes if the media and the Internet contribute to the democracy.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Democracy, Media, Internet, Globalization

---

[1] Graduado em Direito e Ciências Militares, pós-graduado em Língua Portuguesa, Direito Público, Direito Tributário e Educação à Distância. Mestre em Direito e Operações Militares. Doutorando em Direito pelo UniCEUB/Brasília.

[2] Graduada em Direito, pós-graduada em Direito Público, Mestre em Direito e Estado e Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - UnB. Pós-Doutorado em Direito Ambiental pela UNE/Austrália.

INTRODUÇÃO

A democracia é um termo que, a despeito de sua etimologia, suscita debates de doutrinadores de diversos campos do saber, como juristas, historiadores, cientistas políticos, economistas, entre outros.

Entretanto, o estudo da democracia deve ser realizado sob três visões, que é a antiga, a moderna e a contemporânea, para que ela possa ser compreendida em cada nação em seu tempo próprio. Ademais, ela possui bases psicossocial e econômica e condições institucionais e instrumentais, sendo esta última o objeto de estudo deste artigo.

Portanto, para o bom funcionamento da democracia, duas condições instrumentais são imprescindíveis: um sistema eleitoral e um sistema que propicie a formação de uma opinião pública esclarecida e racional. A formação da referida opinião será estudada, no contexto do mundo globalizado, analisando se os meios de comunicação e a Internet têm contribuído para o seu funcionamento.

A relevância do estudo deve-se ao fato de que, na época de comunicação de massa, a mídia desenvolve um relevante papel na formação da opinião das pessoas, seja pela mídia escrita seja pela televisiva, bem como pelo rádio e, principalmente, pela Internet.

O presente trabalho buscará uma síntese no estudo da democracia, dos meios de comunicação e da Internet no mundo globalizado, para, ao final, buscar responder a problemática apresentada.

Inicialmente, será abordada a democracia, apresentando sua etimologia, suas três visões e suas bases. Em seguida, serão tratados dos meios de comunicação e da Internet no contexto do mundo globalizado. Finalizando, será enfrentada a problemática proposta, buscando respondê-la, apresentando posições doutrinárias existentes, bem como análises de pesquisas realizadas a respeito.

1 DEMOCRACIA

O termo *demokratia*: *demos*, o povo, e *Kratos*, governar, foi cunhado pelos gregos, provavelmente os atenienses (DAHL, 2001, p.21). Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos, de 1861 a 1865, conceituou democracia como "o governo do povo, pelo povo e para o povo". O líder inglês Winston Churchill pronunciava em seus discursos que "a democracia é a pior de todas as formas imagináveis de governo, com exceção de todas as demais que já existiram".

Ferreira Filho (1972, p. 3), em sua obra "A Democracia Possível", destaca que a realização da democracia está na efetivação da liberdade e da igualdade, onde não poderá haver liberdade para todos, sem igualdade para todos. Ele aponta que, como os homens não são dotados do mesmo engenho e indústria, a liberdade tende a sufocar a igualdade de direitos.

Schumpeter (2003, p. 250) ressalta que a filosofia da democracia no século XVIII era de que o método democrático é o arranjo institucional para chegar às decisões políticas para realizar o bem comum, fazendo com que o próprio povo decida questões pela eleição de indivíduos, que devem reunir-se para realizar sua vontade.

Enfim, a despeito dos diversos conceitos que possam ser encontrados sobre democracia, ela não se resume a um quadro institucional rígido, validado de forma universal, para todos, independentemente de época. Ela deve ser ajustada para cada nação, em seu tempo próprio (FERREIRA FILHO, 1972, p. 133).

Portanto, para uma melhor compreensão sobre a democracia, o seu estudo pode ser dividido em três visões: a "antiga" (Atenas); a "moderna" (governo representativo); e a "contemporânea" (aspectos originais em relação às anteriores), que em breves linhas serão tratadas a seguir.

Na antiguidade, a democracia foi praticada somente na Grécia, particularmente em Atenas, pouco se sabendo das demais cidades-estado. Após ter sido monarquia e aristocracia, Atenas foi democracia de 509 a.C. a 322 a.C., período que coincidiu com seu apogeu como centro de cultura, da filosofia, do teatro, das artes plásticas, da arquitetura e do comércio (FERREIRA FILHO, 2001, p. 3 e 4).

Entretanto, a Grécia clássica não era um único Estado, com governo único. Ela era composta por centenas de cidades independentes, tendo ao redor áreas rurais. A mais famosa das cidades foi, justamente, Atenas (DAHL, 2001, p. 21).

Naquela cidade-estado, os cidadãos reuniam-se em uma praça denominada Ágora e discutiam as questões públicas. Eles tinham o direito de se expressar e de votar o que era apresentado na assembleia. Todavia, os cidadãos eram uma pequena parcela da população, mas realizavam o que se chama de democracia direta (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1996, p. 77-8).

No "Espírito das Leis", de Montesquieu, de 1748, está o cerne da democracia "moderna". Nela, está a ideia do governo por representantes escolhidos pelo povo, pois, em grandes Estados, ao povo não seria possível legislar. Na França, Sieyès foi o responsável pela formulação clássica do modelo do governo representativo. Para ele, a Nação (acordo entre os homens) age e quer por meio dos representantes. Estes exprimem a vontade da Nação, passando o governo representativo a ser aceito como democracia, a partir do século XIX (FERREIRA FILHO, 2001, p. 13, 16 e 19).

Rancière (2014, p. 68-9) aponta que a democracia direta era adequada às cidades gregas antigas e também aos cantões suíços na Idade Média, pois os homens livres conseguiam se reunir em uma praça. Entretanto, não considera convincente o argumento de que nas vastas nações e sociedades modernas somente a democracia representativa convém. Ele ressalta que, no início do século XIX, os representantes franceses não tinham dificuldade de reunir seus eleitores. Todavia, o número era pequeno, pois o direito de eleger era reservado aos que podiam pagar um censo de trezentos francos.

Sobre a democracia contemporânea, Dahl (2005, p. 11, 25 e 27) considera que as que existem efetivamente são pobres aproximações do ideal democrático. Portanto, ele sugere que elas sejam chamadas de poliarquia (governo de muitos). Para ele, "democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais", sendo que 8 (oito) condições exprimiria democraticidade, a saber:

1) liberdade de formar ou aderir a organizações;

2) liberdade de expressão do pensamento;

3) direito de voto;

4) elegibilidade para cargos públicos;

5) direito de os líderes políticos disputarem apoio e votos;

6) fontes alternativas de informação;

7) eleições livres e idôneas; e

8) instituições para fazer com que as políticas de governo dependam de eleições e de outras manifestações de preferências.

Pois bem. Cumpre observar que, por ser um regime de governo, a democracia é afetada por fatores sociais - psicossociais, especificamente culturais, sociais - e econômicos. Eles formam a base que apoia esse regime. Todavia, há alguns fatores negativos, que se constituem embaraços para a implantação e o funcionamento do sistema, destacando-se as minorias étnicas; o pretorianismo; e a corrupção. Entretanto, certas instituições são indispensáveis para um regime democrático, tais como o Estado de Direito, a limitação do poder e a garantia judicial (FERREIRA FILHO, 2001, p. 35, 76 e 93).

Todavia, a despeito dos fatores supracitados, para um bom funcionamento da democracia, duas condições instrumentais são imprescindíveis: um sistema eleitoral e um sistema que propicie a formação de uma opinião pública esclarecida e racional. Somente desta forma, as deliberações coletivas tornar-se-ão adequadas à condução dos negócios públicos (FERREIRA FILHO, 2001, p.143).

Dessas condições instrumentais imprescindíveis ao funcionamento da democracia, pode-se destacar a formação da opinião pública, principalmente no contexto do mundo globalizado em que se vive. Com isso, surge o questionamento: será que os meios de comunicação existentes e a Internet têm contribuído para a formação da opinião pública e consequentemente para o funcionamento da democracia? É o que será tratado a seguir.

2 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A INTERNET NO MUNDO GLOBALIZADO

Em época de comunicação de massa, a mídia desenvolve um relevante papel na formação da opinião das pessoas. Nos Estados Unidos, mostrou-se que, a partir dos dez anos, a televisão e a escola substituem a família como fonte de informação para a criança, estimulando certas atitudes, padronizando comportamentos e ditando modas (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1996, p. 47).

Entretanto, a conceituação do que vem a ser opinião pública não é algo fácil, pois, tal qual democracia, partido político ou separação de poderes, o seu conceito gera discussões e polêmicas (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1996, p. 13-5).

De qualquer forma, o objetivo do presente trabalho não é adentrar nesta seara, e sim destacar a sua relação com os meios de comunicação, uma vez que, para que uma opinião seja formada, ela se valerá das mais diversas fontes existentes, dentre as quais, as produzidas e veiculadas por instituições, por seus veículos de comunicação.

Em democracias contemporâneas, alguns Estados monopolizavam os meios de comunicação, enquanto outros os deixaram à iniciativa privada. O monopólio estatal tende a sufocar ideias novas, fazendo do governo o único árbitro sobre o que deve ser difundido, contribuindo para manipulação da formação do povo e da opinião pública (FERREIRA FILHO, 1972, p. 63).

No Brasil, há o Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), ligado à Universidade Estadual de Campinas, que tem como objetos a recuperação, a organização e a disponibilização para o pesquisador dos *surveys* realizados por empresas e instituições científicas nas áreas predominantes de opinião sobre política, sociedade, temas culturais, comportamento geral e dados socioeconômicos em educação.

E os meios de comunicação nesse contexto?

Pois bem. Sobre a influência de tais meios, Alvin Toffler (1994, p. 195), em sua obra "Guerra e antiguerra", destaca: "As pessoas que mais pensam em conflitos armados do futuro sabem que uma parte do mais importante combate do amanhã terá lugar no campo de batalha dos meios de comunicação".

No Brasil, Kucinski (2002, p. 40) destaca que a mídia tem desempenhado um papel de agência ideológica da burguesia. Para ele, de um modo geral, os meios de comunicação de massa atuam em sintonia com as políticas econômicas das classes dominantes.

Nessa toada, ressalta-se que, em uma sociedade em rede, a informação e a comunicação circulam pelo sistema de mídia diversificado, onde a prática da política cresce no espaço da mídia (CASTELLS, 2008, p. 572).

Entretanto, com relação aos meios de comunicação, a televisão, historicamente, teve sua transmissão plena, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, em 1944. A maioria dos historiadores defende que a televisão encontrou sua audiência no ano de 1953 (ARMES, 1999, p. 71).

Para os britânicos, a data é 2 de junho de 1953, quando foi transmitida para um público estimado de 20 milhões de pessoas, em 2 milhões de aparelhos, a coroação da rainha Elisabeth II. Para o historiador americano Erick Barnouw, a data é de 19 de janeiro daquele ano, que foi o dia em que Lucille Ball deu à luz seu alterego televisivo, a heroína de *I love Lucy*, tendo sido assistida por 68,8% da audiência americana (ARMES, 1999, p. 71).

Impende apontar que os meios audiovisuais tendem a acentuar o irracional em detrimento do racional. Eles favorecem uma comunicação afetiva e personalizada, com pouco conteúdo intelectual. Eles privilegiam o rosto, o gesto, a voz (FERREIRA FILHO, 1979, p. 51).

A televisão é uma forma de relacionamento social. Ela é uma “visão-tele”, ou seja, uma visão à distância. É a forma de ver, de falar, de trocar, de governar na sociedade contemporânea (SODRÉ, 2000, p. 10).

Ela (televisão), por produzir imagens, apaga conceitos e atrofia a capacidade de abstração e, consequentemente, a capacidade de compreender. Entretanto, o seu advento e o da tecnologia das multimídias são fatos inevitáveis (SARTORI, 2001, p. 33).

Portanto, em razão de suas imagens, há uma assertiva que “elas não mentem”. Sartori (2001, p. 85), ao comentar esta afirmação, destaca que a televisão pode mentir sim e falsificar a verdade como qualquer outro instrumento de comunicação. Ele aponta que a diferença está no fato que a “força da veracidade” na imagem torna a mentira mais eficaz.

No Brasil, um traço dominante da mídia é o pluralismo limitado, diante de poucos jornais e poucas revistas semanais de informação que sejam de referência nacional, tal qual a rede televisiva (KUCINSKI, 2002, p. 41-2 e 44).

Com isso, sem dúvida alguma, diante de poucos meios de comunicação de referência nacional, é evidente o risco de a informação ser manipulada, com grande potencial de conduzir os destinos da nação.

Com relação ao rádio, ele é considerado o meio mais democrático, plural, popular e participativo do país. Ele possui um baixo custo operacional, o que contribui para sua multiplicidade (KUCINSKI, 2002, p. 46).

As décadas de 1930 e 1940 são consideradas a “era de ouro” do rádio. Ele ocupava um lugar central em milhões de lares. No mesmo período, o número de aparelhos nos Estados Unidos aumentou de 3 milhões, em 1928, para 6 milhões, em 1935, e para 13 milhões, em 1941 (ARMES, 1999, p. 63).

No que se refere à Internet, ela surgiu e foi desenvolvida nos tempos remotos da Guerra Fria com o nome de *Advanced Research Projects Agency Network* (ARPANet), criada pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), com o objetivo de manter a comunicação entre bases militares dos Estados Unidos, mesmo na hipótese de o Pentágono ser destruído em um ataque nuclear (BOGO, 2017).

Com o fim da Guerra Fria e a perda de importância militar da ARPANET, foi permitido aos cientistas e universidades que a utilizassem. Em 1970, as universidades e outras instituições que faziam trabalhos referentes à defesa foram autorizadas a se conectar na rede, e, em 1975, a rede possuía cerca de 100 sites (BOGO, 2017).

Por volta dos anos de 1990, a população em geral passou a ter acesso à Internet. Naquele ano, o engenheiro inglês Tim Bernes-Lee desenvolveu a *World Wide Web*, o que

possibilitou utilizar uma interface gráfica e a criação de sites mais atrativos, ocasionando um aumento exponencial de seu uso. Ela foi considerada a maior criação tecnológica, depois da televisão, na década de 1950 (História, 2017).

No Brasil, a Internet teve seu início em meados dos anos de 1989 e 1990, sendo utilizada apenas por Instituições de pesquisas e depois por Universidades. Em 2001, o país tinha cerca de 6 milhões de usuários de internet, ocupando a 9ª posição em quantidade de usuários, e o mundo tinha cerca de 349 milhões (BRANT, 2017).

Para ter uma ideia da sua evolução, no ano de 2000, o mundo, com seus mais de 300 milhões de usuários ativos na internet, saltou, em 2011, para cerca de 30 por cento da população do planeta, com algo em torno de 2,1 bilhões de pessoas. Em 2015, mais de 3 bilhões passaram a ter acesso à Internet, dos quais, cerca de 2 bilhões utilizavam regularmente as redes sociais (COËFFÉ, 2017).

Ao final do ano de 2011, a Ásia era o continente em primeiro lugar, com 44% dos usuários, a Europa, com 23%, a América do Norte, com 13%, a América Latina e o Caribe, com 10%, a África, com 6%, o Oriente Médio, com 3% e a Oceania e a Austrália, com 1% (COËFFÉ, 2017).

Em dezembro de 2012, segundo o Ibope Media, o Brasil tinha 94,2 milhões de internautas, sendo o 5º país mais conectado. Em 2015, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015, p. 81-2) registrou que 102,1 milhões de pessoas de 10 anos ou mais acessaram a Internet, tendo aumentado 7,1% em relação ao ano de 2014. Deste total, das pessoas de 18 ou 19 anos de idade, o percentual de usuários era de 82,9%. A pesquisa apontou também que 139,1 milhões de pessoas acima de 10 anos possuíam telefone móvel celular para uso pessoal.

Nesse contexto, houve um grande fenômeno no mundo digital, que foram as mídias sociais. Em 2012, uma pesquisa realizada apresentou alguns dados sobre elas (SILVA, 2017):

1º) número de anos para atingir 50 milhões de usuários – rádio (38 anos); TV (13 anos); Internet (4 anos); *iPod* (3 anos); *Facebook* (100 milhões de usuários em 9 meses);

2º) se o *Facebook* fosse um país, seria o 4º maior. Ele superava o Google em tráfego semanal de dados nos Estados Unidos;

3º) 80% do uso do *Twitter* era em aparelhos móveis, que permitem a utilização a qualquer hora, de qualquer lugar;

4º) o *YouTube* era o segundo maior sistema de buscas do mundo. Ele tinha mais de 100.000.000 de vídeos; e

5º) 70% das pessoas de 18 a 34 anos assistiram TV na Internet.

Os números apresentados cresceram de forma tão rápida, que, no ano de 2015, se o *Facebook* fosse um país seria o mais populoso do mundo, com 1,49 bilhão de usuários ativos, com 1,31 bilhão em celulares e *tablets*. Deste número, no dia 28/08/2015, um bilhão dos seus usuários acessaram a rede em um único dia (EXAME, 2015).

Essa dinâmica evoluiu de tal maneira que, para ter uma ideia desse panorama, a revista Veja (2016, p. 79) publicou a matéria intitulada "O queridinho dos *touches*", onde destaca que, na faixa etária de 13 a 19 anos, o acesso ao *Facebook* caiu vertiginosamente, ocupando o quarto lugar na preferência dos adolescentes. Em primeiro lugar, está o *instagram*, seguido pelo *Twitter* e pelo *Snapchat* (ele permite publicar fotos e vídeos, que são apagados em 24 horas).

Em janeiro de 2017, as principais redes sociais tinham os seguintes usuários ativos: *Facebook* (1.940.000.000); *WhatsApp* (1.200.000.000); *YouTube* (1.000.000.000); e *Twitter* (319.000.000) (DRUMI, 2017).

Com relação ao *Twitter*, o Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, constantemente utiliza a sua conta pessoal para comunicar-se diretamente com milhões de usuários, emitindo sua opinião sobre diversos temas, fazendo deste meio uma "arma estratégica". Inclusive, por meio dele, realiza críticas, tal qual ocorreu na entrega do Oscar, no início de 2017, por ocasião do equívoco na entrega do prêmio de melhor filme.

No Brasil, o Presidente do país também utiliza sua conta pessoal no *Twitter*, bem como diversas Instituições, como o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, além de diversas autoridades e profissionais de todas as áreas.

Enfim, a Internet, conhecida como a "rede das redes", é muito mais que uma conexão entre computadores. Ela é um espaço de interação entre pessoas conectadas, reunidas virtualmente com os mais diferentes propósitos (KANSKI, 2003).

Essas redes *on-line* tornam-se "comunidades específicas", e as pessoas podem pertencer a várias delas. Com isso, os indivíduos tendem a desenvolver seus "portfólios de sociabilidade", construindo e reconstruindo suas formas de interação social, onde novos desenvolvimentos tecnológicos aumentam esta possibilidade (CASTELLS, 2003, p. 110-1).

Nas ciências sociais, o uso de redes sociais é antigo, sendo que, a partir dos anos de 1990, novas categorias de análise ganharam centralidade, tais como mundialização, sociedade mundial, processos de exclusão e inclusão, movimentos sociais, igualdade, cidadania, responsabilidade social, sustentabilidade, emancipação, entre outros (GOHN, 2003, p. 28-9 e 33).

Nesse contexto, há a globalização, tendo autores que entendem que nos antigos impérios esse fenômeno já ocorria, em razão de questões econômicas, culturais e jurídicas. Outros defendem que ela é um fenômeno novo, particularmente a partir da década de 1980 (MINHOTO, 2004, p. 15-6).

No artigo "Terra *Y* Mar", de Carl Schmitt (2001, p. 345-389), pode-se inferir que a globalização é um fenômeno evolutivo natural, particularmente quando ele tece considerações sobre a história universal, destacando a questão dos quatro elementos (terra, água, ar e fogo). O autor ressalta que, em um primeiro momento, o homem restringia-se à terra, ressaltando que ele é um ser terrestre, que caminha e se move sobre a terra firme, e que ela é o ponto de partida e apoio.

Em seguida, com a expansão marítima (água), inicia-se a luta entre as potências marítimas contra as terrestres e vice-versa. Com a exploração do mar, diversos países europeus iniciam a conquista de novos territórios, onde alguns deles passam a pelejar entre si para repartir o novo mundo. Com a aparição do avião (ar), uma terceira dimensão é conquistada, adicionada às duas anteriores (SCHIMTT, 2001, p. 345-389).

Dentro desse quadro evolutivo, chega o ciberespaço – universo de redes digitais como lugar de encontros e de aventuras, terrenos de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural (LEVY, 2000, p. 103-4).

Com isso, surge uma nova forma de sociabilidade, que não depende da pertença de uma mesma comunidade de vida, mas sim de escolhas individuais aleatórias, em razão de seus interesses e disposições e das capacidades tecnológicas de mediação disponíveis, favorecendo a autonomia individual (RODRIGUES, 1999, p. 196).

Nesse alinhamento, a assertiva que a globalização é inevitável é um jargão utilizado pelos que a defendem. Dessa forma também ecoam os jornais, revistas, canais de TV, rádio e profissionais ligados à Internet (MINHOTO, 2004, p. 23).

A legitimação dos discursos globalizantes ocorre pelos meios de comunicação de massa. Isto se dá pelos produtos da indústria cultural - música, filmes, livros, revistas e informação - e pela publicidade em escala global (LOUBACK, 2006).

De qualquer maneira, ela é uma realidade, que se evidencia no próprio pensamento da sociedade, inclusive da juventude brasileira. Tal fato pode ser comprovado na pesquisa realizada no ano de 2015 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

A referida pesquisa teve como público alvo a Geração Y (jovens entre 18 e 34 anos), tendo sido entrevistadas 1,5 mil pessoas em todas as regiões do Brasil, podendo ser destacados os seguintes resultados:

1) maiores objetivos ou sonhos de vida: 72,9%, conhecer várias culturas viajando pelo mundo; 55,6%, ter uma boa formação na faculdade; 55,1%, ser capaz de ajudar os outros a mudar suas realidades de vida; e

2) importância no dia a dia da família: 92,9%, Internet, *wi-fi*; 50,5% freezer; 44,5%, carro.

Desses dados, pode-se inferir que a juventude atual anseia pelo multiculturalismo, bem como manter-se conectada à Internet, passando a viver em um mundo com novas referências. Com isso, a formação de seu próprio convencimento estará facilitada, diante das diversas fontes existentes.

Nesse mesmo alinhamento, encontra-se a Geração *Touch*, também denominados de geração Z ou *pós-millennials* (nascidos a partir dos meados da década de 1990). Em matéria publicada pela revista Veja (2016, p. 72-81), intitulada "A Geração *Touch*", consta que eles representam 25% da população mundial e, em pouco mais de uma década, serão 75% da força de trabalho global.

Essa geração conheceu a vida já com um celular nas mãos, e está interligada pela telefonia móvel. Eles compartilham experiências culturais, econômicas e políticas. Inclusive, pesquisas internacionais constatam que 52% desse grupo etário usam o *YouTube* e as redes sociais para estudar. A rede de televisão americana MTV realizou um estudo que observou que a referida geração acredita que tem a missão de reconstruir a sociedade (VEJA, 2016, p. 72-81).

Na mesma direção dos dados apresentados, a 133ª pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT/MDA), realizada de 8 a 11 de fevereiro de 2017, levantou que 73,9% dos entrevistados utilizam computador, *notebook*, *tablet* ou *smartphone*. Entre eles, 92% usam celulares/*smpartphones*. 80,2% acreditam apenas algumas vezes nas informações que leem ou veem na Internet, e 78,5% acreditam algumas vezes no que leem e veem nas redes sociais (CNT, 2017), o que corrobora o potencial de influência desses meios.

Enfim, a globalização é uma realidade e o mundo está conectado, passando os meios de comunicação a ter escala global, sem barreiras físicas no ciberespaço, que possam impedir esta interligação.

3 A DEMOCRACIA, OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A INTERNET NO MUNDO GLOBALIZADO

Pois bem, após a abordagem sobre a democracia, os meios de comunicação e a Internet no mundo globalizado, pergunta-se: estes meios e a Internet têm contribuído para o funcionamento da democracia?

Inicialmente, Sartori (2001, p. 89) destaca que, na época em que apenas existiam jornais, é difícil afirmar o peso da influência do jornal sobre as escolhas dos eleitores, haja vista a existência de candidatos apoiados não eleitos.

Em uma pesquisa realizada em 1960, identificou-se que, no debate entre Kennedy e Nixon, os telespectadores deram mais importância ao modo de comportamento dos candidatos do que às questões discutidas (FERREIRA FILHO, 1979, p. 151).

Já com relação à televisão, Favre e Schwartzenberg (2016) destacam que, sem ela, M. Nixon não teria sido eleito vice-presidente em 1952, nem teria sido vencido por Kennedy na corrida à Casa Branca, em 1960.

Todavia, quanto à influência da mídia, um dos casos que pode ser citado como exemplo é o *impeachment* de Fernando Collor, que se iniciou com matérias na imprensa, com acusações de corrupção no governo. A situação se agravou quando o irmão do então presidente confirmou as acusações que estavam sendo realizadas, em entrevista a uma revista de âmbito nacional, tornando-se contundente o que vinha sendo publicado (FIGUEIREDO; CERVELINNI, 1996, p. 8).

Depois dessa entrevista, os meios de comunicação passaram a dar destaque ao tema, diariamente, pronunciando-se de forma enfática. Como resultado, as pesquisas do Ibope que, em maio de 1992, apresentavam um quadro onde seis em cada dez entrevistados acreditavam que não existiam provas que justificassem o afastamento; em setembro do mesmo ano – mês da aprovação do *impeachment* – 59% (cinquenta e nove por cento) achavam que o presidente deveria sair e que Itamar Franco deveria assumir o cargo (FIGUEIREDO; CERVELINNI, 1996, p. 9).

Pires (2006, p. 45 e 50) apresentou um estudo sobre a cobertura jornalística de vários fatos ocorridos, entre eles, o sequestro do ônibus 174, no município do Rio de Janeiro. Sobre o tema, foram publicadas 128 matérias jornalísticas veiculadas entre os dias 13 e 22 de junho de 2000, em jornais, revistas e debates televisivos, que apontavam que a ação policial havia

sido “desastrosa”. A comparação de tais coberturas destacou que a que foi realizada pela televisão contribuiu para a aceleração dos posicionamentos públicos.

Entretanto, a despeito de sempre ter sido atribuído à imprensa, ao rádio e à televisão uma importância democrática especial, o que contribuiu para uma ampla difusão de informação e ideias, Sartori (2001, p. 89) destaca que o valor democrático da televisão vai se tornando um engodo, uma democracia esvaziada.

Portanto, deve-se ter muito cuidado, pois os meios de comunicação podem ser agentes de manipulação, extrapolando seu dever de informar, sendo parciais e tendenciosos na busca de objetivos explícitos ou escusos.

Nesse contexto, há o que se chama de cyberdemocracia ou democracia digital. Pelas tecnologias de informação e comunicação, surgem novas possibilidades para a participação descentralizada. A Internet torna-se uma arena conversacional, diante das inúmeras ferramentas que possui, com reduzido custo de participação política (MAIA, 2002).

Com isso, a Câmara dos Deputados, por meio da Resolução nº 49, de 2013, publicada no D.O.U. de 18 de dezembro daquele ano, criou o Laboratório Hacker com o objetivo de promover ações colaborativas, visando o aprimoramento da transparência legislativa e da participação popular.

Por conseguinte, aquele Laboratório criou o portal “e-Democracia”, que tem o objetivo de aprimorar o relacionamento entre cidadãos e deputados e ampliar a transparência no processo legislativo. Este portal dispõe de diversas ferramentas para favorecer a participação social, com fóruns, *wikilegis*, biblioteca virtual e audiências públicas interativas.

Além deste portal, a Câmara criou o portal “Retórica Parlamentar”, que permite a análise e visualização, em forma de bolhas dos principais temas presentes nos pronunciamentos dos deputados, de forma interativa. O Senado Federal, também norteado pela transparência e interação, criou o portal “e-Cidadania”.

Castells (2015), em sua obra “Redes de indignação e esperança”, realizou análise dos movimentos sociais que ocorreram na Tunísia (2009); Egito (2010); Insurreições Árabes (2010/2011); Islândia (2011); Espanha (2011/2012); Occupy Wall Street (2011/2012) e Brasil (2013). Em suas primeiras linhas, ele já destaca: “Ninguém esperava....Num mundo turvado por aflição econômica, vazio cultural e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu....A mídia se tornou suspeita. A confiança desvaneceu-se”. Além da surpresa, ele cita também que os movimentos inicialmente tinham poucos participantes, depois centenas, milhares, chegando ao apoio de milhões, tendo tudo começado nas redes sociais da Internet, espaços de autonomia (CASTELLS, 2015, passim).

Ao tratar da origem e formação dos movimentos sociais, ele destaca que as raízes estão nas injustiças vividas em cada contexto específico, onde os usuais cavaleiros do apocalipse da humanidade cavalgam juntos sob uma variedade de formas ocultas, tais como: exploração econômica; pobreza; desesperança; desigualdade injusta; comunidade política antidemocrática; Estados repressivos; Judiciário injusto; racismo; xenofobia; negação cultural; censura; brutalidade policial; incitação à guerra; fanatismo religioso; intolerância e outras atrocidades da extensa galeria de quadros que retratam os monstros que são os seres humanos (CASTELLS, 2015, p. 20).

Ao citar o movimento ocorrido no Brasil (2013), manifestações na época da Copa das Confederações, ele (CASTELLS, 2015, p. 182) ressalta, no posfácio:

> "Um Congresso grotesco, com burocratas partidários e chefetes locais corruptos que por vezes resolvem suas diferenças a tiros de pistola. Um Congresso que havia proposto uma PEC para tirar do Ministério Público o direito de investigar a corrupção, e que, ante a pressão das ruas, se apressou a votar contra, quase que por unanimidade".

No Brasil, pode-se destacar também as inúmeras manifestações contra o governo da então Presidente Dilma, após sua reeleição em 2014. Em tais atos, houve grande mobilização nas redes sociais, com repercussão em vários países do mundo. No ano de 2016, ela foi afastada do cargo por *impeachment*.

Enfim, pode-se inferir que os meios de comunicação têm contribuído consideravelmente para a democracia, principalmente com o advento da Internet. Por meio dela, o povo brasileiro e de todo mundo podem expor seus pensamentos, de forma autônoma, provocar movimentos e realizar suas reivindicações, bem como interagir com as Casas Legislativas, diante de proposições existentes, sem desconsiderar o necessário juízo crítico daquilo que é divulgado pelos diversos meios.

CONCLUSÃO

A democracia e os meios de comunicação de massa no mundo globalizado são temas que, por si só, despertam interesse de intelectuais, principalmente com o advento da Internet.

Há quem defenda que a realização da democracia está na efetivação da liberdade e da igualdade. Outros defendem que as democracias existentes no mundo contemporâneo efetivamente são pobres aproximações do ideal democrático.

Portanto, como regime de governo, a democracia possui bases psicossociais, com a existência de fatores obstaculizantes, como as minorias étnicas, o pretorianismo e a corrupção. Além desses, há as instituições indispensáveis para o regime, como o Estado de Direito, a limitação do poder e a garantia judicial.

Em época de comunicação de massa, a mídia passou a desenvolver um relevante papel na formação da opinião das pessoas, tanto pela mídia escrita e televisiva, como pelo rádio e pela Internet.

No contexto de um mundo globalizado, os meios de comunicação ganharam escala global, passando a sua interligação a ocorrer no ciberespaço, sendo que, em alguns casos, de forma instantânea. Portanto, diante de possíveis objetivos escusos e/ou tendenciosos que possam ocorrer, forçoso é o juízo crítico ao tomar conhecimento do que for veiculado.

Ademais, as pessoas estão cada vez mais conectadas, ganhando crescente importância as redes sociais, pois permitem que elas tenham novas influências e referências. Todavia, é necessário que se filtre o que se lê e ouve, pois, em alguns casos, tais redes podem ser palco de discurso de ódio, crimes contra a honra e demais delitos, bem como ser meio de manipulação.

Por fim, ao analisar se os meios de comunicação contribuem para o funcionamento da democracia, pode-se inferir que sim, principalmente com o advento da Internet. Por meio dela, o povo brasileiro e de todo mundo podem expor seus pensamentos, de forma autônoma, provocar movimentos e realizar suas reivindicações, bem como interagir com as Casas Legislativas, diante de proposições existentes, a despeito de todo cuidado que se deve ter.

REFERÊNCIAS

ARMES, Roy. **On video**. Tradução: George Schlesinger. São Paulo: Summus, 1999.

BOGO, Kellen Cristina. **A História da Internet - Como Tudo Começou...** Disponível em: <http://www.viaki.com/home/internet/historia.php>. Acesso em 20 abr. 2017.

BRANT, Cássio Augusto Barros. **A evolução da Internet no Brasil e a dificuldade de sua regulamentação**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/13/51/1351/>. Acesso em: 24 abr. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. v. 1. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica, Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

Centro de Estudos de Opinião Pública. Disponível em: http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/apre.php. Acesso em 27 abr. 2017.

COËFFÉ, Thomas. **État des lieux 2015: Internet et les réseaux sociaux, em France et dans le monde**. Disponível em: <http://www.blogdumoderateur.com/etat-des-lieux-2015-internet-reseaux-sociaux/> Acesso em: 10 abr. 2017.

Confederação Nacional do Transporte. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Imprensa/noticia/clesio-andrade-presidente-cnt-divulga-resultados-da-133-pesquisa-cnt-mda>. Acesso em: 9 maio. 2017.

DAHL, Robert A. **Poliarquia e Oposição**. Prefácio Fernando Limongi; tradução Celso Mauro Paciornik: 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DRUMI, Marluci. **As 10 maiores redes sociais**. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>. Acesso em 4 maio. 2017.

Estatísticas, dados e projeções atuais sobre a internet no Brasil. Disponível em: <http://tobeguarany.com/internet-no-brasil/>. Acesso em 22 abr. 2017.

FAVRE, Pierre. Schwartzenberg Roger-Gérard, **L'Etat spectacle. Essai sur et contre le Star System en politique**. In: *Revue française de sociologie*, 1978, 19-4. pp. 624-628. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1978_num_19_4_6662>. Acesso em 19 abr. 2017.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **A democracia no limiar do século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **A democracia possível**. São Paulo: Saraiva, 1972.

_____. **A reconstrução da democracia: ensaio sobre a institucionalização da democracia no mundo contemporâneo e em especial no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1979.

FIGUEIREDO, Rubens et CERVELLINI, Sílvia. **O que é opinião pública**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

História da Internet. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/internet/>. Acesso em: 10 abr. 2017.

KANSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Mídia e democracia no Brasil**. **In**: Margarida Maria Krohling Kunsch et Roseli Fischmann. Mídia e Tolerância: A Ciência construindo caminhos de liberdade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LOUBACK, Rita. **A comunicação no contexto da globalização: uma ágora planetária? In**: Júlio Pinto et Márcio Serelle. Interações midiáticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MAIA, Rousiley C. M. **Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In**: José Eisenberg et Marco Cepik. Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MINHOTO, Antônio Celso Baeta. **Globalização e Direito: o impacto da ordem mundial global sobre o direito**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.pucrs.br/portal/?p=noticias&n=1446548991.html>. Acesso em 04 nov. 2015.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>. Acesso em 29 abr. 2017

Portal e-Cidadania. Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/ecidadania/>. Acesso em 30 abr. 2017.

Portal e-Democracia. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/web/public/home#.VtXdlPDSlkc>. Acesso em 28 abr. 2017.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires. **A visão do campo da comunicação nos estudos de mídia e democracia deliberativa**. **In**: Júlio Pinto et Márcio Serelle. Interações midiáticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução: Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

Revista Exame. **Facebook atinge a marca de um bilhão de usuários em um único dia**. Disponível: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/facebook-atinge-a-marca-de-um-bilhao-de-usuarios-em-um-unico-dia> Acesso em 10 out. 2015

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação**. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Tradução de Antônio Angonese. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCHMITT, Carl. **Terra y mar. Consideraciones sobre la historia universal. In**: Carl Schmitt, Teólogo de la Politica, México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, Socialism & Democracy**. British Library: Taylor & Francis, 2003.

SILVA, Vinicius Prado. **A revolução e importância das mídias sociais em números**. Disponível em: <http://www.tiespecialistas.com.br/2012/08/a-revolucao-e-importancia-das-midias-sociais-em-numeros/#.UTNx9qVR82I>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SODRÉ, Muniz. **Televisão e psicanálise**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

TOFFLER, Alvin F. **Guerra e antiguerra: sobrevivência na aurora do Terceiro milênio**. Tradução: Luiz Carlos do Nascimento Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 2.459, janeiro 2016.